

ELETRONET S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2022, compreendendo:

✓ Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	2-5
✓ Balanço patrimonial	6
✓ Demonstração do resultado	7
✓ Demonstração do resultado abrangente	8
✓ Demonstração das mutações do passivo a descoberto	9
✓ Demonstração do fluxo de caixa	10
✓ Demonstração do valor adicionado	11
✓ Notas explicativas às demonstrações contábeis	12-32

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores da

ELETRONET S.A.
São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletronet S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletronet S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), nos montantes de R\$ 52.629 mil e R\$ 167.814 mil, respectivamente.

Conforme mencionado na Nota nº 1.1 às demonstrações contábeis, os planos da Administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do referido processo de reestruturação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o descrito na Nota nº 11 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia possui transações com partes relacionadas às quais são realizadas com base em condições negociadas entre as partes. Dessa forma, o resultado destas operações está registrado pelo valor negociado. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2021 foram por nós examinadas, cujo Relatório, datado de 18 de fevereiro de 2022, com as mesmas ênfases deste relatório.

Responsabilidades da administração e de governança pelas Demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

-) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

-) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
-) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
-) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Progress Auditores Independentes
CRC 2SP021623/O-0



João Henrique Lara
Contador CRC 1SP159593/O-2

ELETRONET S.A.

Balanço Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)			
Circulante	Nota Explicativa	2022	2021	Circulante	Nota Explicativa	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	15.770	7.481	Fornecedores	10	45.400	36.270
Contas a Receber de Clientes	5	18.184	20.455	Arrendamento	9.2	25.670	22.265
Impostos a Recuperar	6	612	6.493	Salários e Encargos Sociais		4.479	4.010
Partes Relacionadas	11	1.497	1.279	Obrigações Tributárias	12	12.890	10.226
Adiantamentos		391	165	Adiantamentos de Clientes	13	787	787
Outros Créditos		985	1.081	Outras Obrigações		843	1.718
Total do Ativo Circulante		37.438	36.953	Total do Passivo Circulante		90.068	75.276
Não Circulante				Não Circulante			
Impostos a Recuperar	6	17.206	15.897	Fornecedores	10	233.177	297.422
Adiantamentos		587	622	Arrendamento	9.2	379.719	341.788
Depósitos Judiciais	7	855	783	Partes Relacionadas	11	180.266	161.995
I.R e C.S Diferidos	22.b	15.704	-	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	8(c)	51.540	54.572
Imobilizado	8	330.491	334.446	Adiantamentos de Clientes	13	8.817	9.604
Direito de Uso	9.1	405.388	364.053	Obrigações Tributárias	12	25.704	37.707
Total do Ativo Não Circulante		770.230	715.801	Provisões Cíveis e Trabalhistas	14	6.191	5.645
				Total do Passivo Não Circulante		885.414	908.733
				Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)			
				Capital Social		321.387	321.387
				Prejuízos Acumulados		(516.930)	(538.001)
				Ajuste de Avaliação Patrimonial		100.049	105.934
				Outros Resultados Abrangentes	15	(72.319)	(120.574)
				Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		(167.814)	(231.254)
Total do Ativo		807.668	752.754	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)		807.668	752.754

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração do Resultado****Exercícios findos em 31 de Dezembro***(Em milhares de Reais)*

	Nota Explicativa	2022	2021
Receita Bruta com Prestação de Serviços		192.534	205.439
Impostos incidentes sobre Receitas		(44.731)	(50.315)
Receita Operacional Líquida	16	147.803	155.124
Custo dos Serviços Prestados	17	(94.269)	(101.852)
Lucro Bruto		53.534	53.272
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Comerciais	18	(6.800)	(6.221)
Despesas Gerais e Administrativas	19	(24.301)	(21.550)
Outras (Despesas) Receitas Operacionais	20	(8.087)	(1.043)
		(39.188)	(28.814)
Lucro antes do Resultado Financeiro		14.346	24.458
Resultado Financeiro			
Receitas Financeiras	21	21.132	2.933
Despesas Financeiras	21	(35.676)	(54.019)
		(14.544)	(51.087)
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(198)	(26.629)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	22	18.735	3.032
Imposto de Renda e Contribuição Social corrente	22	(3.352)	-
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício		15.185	(23.597)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente**
Exercícios findos em 31 de Dezembro*(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	15.185	(23.597)
Outros Resultados Abrangentes		
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	(8.917)	(8.917)
IR e CSLL sobre a Realização do Ajuste da Avaliação Patrimonial	3.032	3.032
Variação Passiva de Outros Resultados Abrangentes	48.254	(6.132)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	57.555	(35.614)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)****Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022***(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Resultado Abrangente		Total
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	321.387	(520.289)	111.819	(114.442)	(201.525)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.917	(8.917)		-
IR e CSLL sobre a realização do Ajuste da Avaliação Patrimonial		(3.032)	3.032		-
Variação Passiva de Outros Resultados Abrangentes (Nota 11)				(6.132)	(6.132)
Prejuízo do Exercício		(23.597)			(23.597)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	321.387	(538.001)	105.934	(120.574)	(231.254)
Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.917	(8.917)		-
IR e CSLL sobre a realização do Ajuste da Avaliação Patrimonial		(3.032)	3.032		-
Variação Passiva de Outros Resultados Abrangentes (Nota 11)				48.254	48.254
Lucro/Prejuízo do Exercício					15.185
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	321.387	(532.116)	100.049	(72.319)	(167.814)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstrações do Fluxo de Caixa**
Exercícios findos em 31 de Dezembro*(Em milhares de Reais)*

	2022	2021
Fluxo de Caixa da atividade operacional		
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	15.185	(23.597)
Ajustes para reconciliar o Lucro Líquido (Prejuízo) ao Fluxo de Caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	33.425	51.887
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(3.032)	(3.032)
I.R e C.S Diferido Sobre Res. Futuro	(15.704)	-
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	955	1.334
Redução de Índice de Atualização da Dívida	(15.374)	-
Provisão de Passivos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	546	2.944
Juros e Variação Monetária sobre Fornecedores	28.747	41.734
	44.748	71.270
Variação de Ativos e Passivos:		
Contas a Receber	1.098	(3.109)
Impostos a recuperar	4.571	(8.609)
Adiantamentos	(190)	21
Outros Créditos e Depósitos Judiciais	24	(630)
Fornecedores	(5.245)	(3.030)
Partes Relacionadas	3.284	(8)
Salários e Encargos Sociais	469	843
Obrigações Tributárias / Tributos parcelados	(9.339)	4.136
Adiantamento de Clientes	(787)	(787)
Outras Obrigações	(875)	1.439
Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais	37.758	61.536
Fluxo de Caixa das atividades de investimentos		
Adições de Ativo Imobilizado	(29.469)	(60.805)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(29.469)	(60.805)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	8.289	731
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.481	6.750
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15.770	7.481
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	8.289	731

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de Dezembro***(Em milhares de Reais)*

	<u>Nota Explicativa</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas			
Receitas com Venda de Mercadoria	16	192.534	205.439
Outras Receitas Operacionais		-	5.924
Recuperação Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa		-	-
		<u>192.534</u>	<u>211.363</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos Produtos, Mercadorias e Serviços vendidos			
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros		(46.453)	(53.763)
		<u>(46.453)</u>	<u>(53.763)</u>
Valor adicionado Bruto		<u>146.081</u>	<u>157.600</u>
Depreciação e Amortização		(55.743)	(50.111)
Valor adicionado Líquido produzido pela Companhia		<u>90.338</u>	<u>107.489</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas Financeiras e Variações Cambiais Líquidas	21	21.132	2.933
Valor adicionado total a distribuir		<u>111.471</u>	<u>110.422</u>
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		20.091	17.083
Encargos		5.061	5.097
Benefícios		6.031	1.047
		<u>31.184</u>	<u>23.227</u>
Impostos e Taxas			
Federais		(9.675)	7.352
Estaduais		38.969	49.307
Municipais		132	114
		<u>29.425</u>	<u>56.773</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, variações cambiais e despesas financeiras	21	35.676	54.019
		<u>35.676</u>	<u>54.019</u>
Lucros (Prejuízo) retidos do Exercício		<u>15.185</u>	<u>(23.597)</u>
		<u>15.185</u>	<u>(23.597)</u>
Valor adicionado total distribuído		<u>111.471</u>	<u>110.422</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Eletronet S.A. (“Companhia” ou “Eletronet”) é uma sociedade por ações de capital fechado, sendo vedada, em qualquer hipótese, a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou de socio-quotista, tendo como principais atividades a exploração de serviços de telecomunicações e prestação de serviços relacionados que compreendem, i) o transporte de sinais de informações e, o desenvolvimento das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos, e qualquer outra atividade conexa ao disposto anterior, e, ii) serviços de trânsito IP e circuitos de alta velocidade em longa distância por rede de fibra óptica, com mais de 16 mil km e 169 PoPs (*Point of Presence*) em todo o Brasil, com acordo de *peering* direto com Google, Facebook, Amazon, Netflix, Akamai, Microsoft, entre outros, e, posicionamento dentre as empresas de maior conectividade no mercado brasileiro, além da presença no datacenter da Equinix onde se concentram grandes provedores de conteúdo.

A Companhia construiu uma extensa rede de cabos de fibra óptica, utilizando principalmente a malha dos sistemas de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobrás, complementada pelas redes de distribuição de energia de empresas regionais e alternativas viáveis de utilização de passagem.

1.1 Continuidade

1.1.1 Através da readequação de suas estratégias comerciais, a Administração da Companhia está empenhada na reversão da situação financeira da empresa e está adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações, com forte foco na readequação dos passivos financeiros e continuidade da manutenção da redução de custos e despesas.

1.1.2 Prorrogação do Contrato de Compartilhamento:

Em 20 de fevereiro de 2020, após autorizado pelo Ministério da Economia, mediante Despacho da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado, foi celebrado entre Centrais Elétricas Brasileiras S/A – ELETROBRAS, Eletronet S.A. (“Eletronet”) e a Eletrobras Participações S.A. (“Eletropar”), LT Bandeirante e subsidiárias da ELETROBRAS (Cedentes) o 4º Termo Aditivo ao “Contrato de Constituição do Direito”, entre a Eletronet e a Eletropar, que prorroga o prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039, incluindo a permissão de uso da infraestrutura e de fibras lançadas pela Eletronet que estejam atualmente sendo utilizadas pelas Cedentes, respeitando-se os contratos celebrados pelas Cedentes com terceiros; o Contrato de Confissão de Dívida e seu 1º. Termo aditivo entre a Eletronet e Eletropar e ainda os Aditivos ao Acordo de Acionistas da Eletronet.

Conforme Portaria nº 139 de 18 de maio de 2022, Despacho nº 1.290 de 17 de maio de 2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) decidiu aprovar a celebração do Contrato de Cessão de Direito de Uso de Infraestrutura com vigência de 20 anos, determinando que, caso em até 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação da presente deliberação, as empresas decidam por não celebrar o novo Contrato conforme as premissas acima e as Cedentes não tiverem a intenção de discutir a propriedade dos ativos lançados pela Eletronet, seja calculada e paga indenização à Eletronet da parcela não amortizada dos 5.358 km (cinco mil, trezentos e cinquenta e oito quilômetros), de cabos OPGW para-raios sobre as linhas das transmissoras, de forma que esses ativos passem a integrar a base de ativos das empresas de transmissão, porém isso ocorrerá sem prejuízo à continuidade de reversão em prol da modicidade tarifária dos valores devidos pela Eletronet, transitoriamente baseados nas condições do Contrato nº ECE-1.166, de 1999, até a plena desocupação por tal empresa dos ativos de propriedade das Cedentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Em 01/08/2022, a ELETRONET, ELETROPAR e ELETROBRAS, representando as 4 empresas transmissoras controladas, enviaram carta conjunta à ANEEL, manifestando a intenção de celebrar novo contrato e apresentaram solicitação de esclarecimentos sobre interpretação de alguns pontos do Despacho ANEEL nº 1.290/22.

1.2 Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Diretoria Executiva da empresa no dia 29 de março de 2023 e será submetida ao Conselho de Administração.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 - alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela resolução CFC nº 1.255/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura, exceto nos casos indicados em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de prestação de serviço é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o contratante.

b) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração.

As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Avaliações de *impairment*;
- Provisões em geral;
- Receita a faturar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

c) Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Na determinação da moeda funcional foi considerada a que mais influencia os preços de venda de bens e serviços e a moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens e serviços. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui como equivalentes de caixa instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses.

e) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia, quando aplicável, foram classificados nas seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo;
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos;
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada;
- **Empréstimos e recebíveis:** instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2022 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

f) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo, quando aplicável, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída provisão para perda estimada em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

g) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada e ou conforme prazo do contrato quando houver previsão de transferência de propriedade ao final do contrato.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de “*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo da empresa e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis são ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da empresa.

k) Fornecedores e Contas a Pagar

As contas de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Imposto de renda e contribuição social corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real anual.

A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações das quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) quando a companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos, as obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre a probabilidade de êxito dos processos.

n) Reconhecimento da receita

A Companhia oferece serviços de transporte de dados, voz e imagem em alta velocidade para operadores de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando este valor pode ser mensurado com segurança, sendo provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

o) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

p) Benefícios a funcionários

Benefícios de demissão

A Companhia não possui planos de benefícios de demissão para funcionários.

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é efetuado mensalmente e ajustado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

r) Impostos sobre transações

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas:

- Vendas: As receitas operacionais, não operacionais e vendas de ativos da companhia são registradas líquidas dos impostos incidentes sobre as vendas (PIS, COFINS, ICMS e ISS);
- Custos: Os custos de produção, quando aplicável, são registrados líquidos de impostos recuperáveis;
- Ativos: Os valores registrados no ativo imobilizado são registrados líquidos de impostos recuperáveis;
- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo e despesa operacional e da aquisição do ativo, conforme o caso;

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Programa de Integração Social (PIS)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- Imposto sobre Serviços (ISS)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	316	45
Aplicações financeiras	15.455	7.436
	15.770	7.481

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a Receber	42.958	44.274
PECLD	(24.774)	(23.819)
	18.184	20.454

Movimentação PECLD

Saldo			Saldo
31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
(23.819)	(1.084)	129	(24.774)

Refere-se a um único cliente que representa 61% desta provisão, constituída em 2016, em processo judicial, que segundo nossos consultores jurídicos a probabilidade de ganho é possível.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer não provisionados:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	15.324	18.138
Vencidas		
Até 30 dias	1.967	1.852
De 31 a 60 dias	468	406
Acima de 60 dias	425	58
	18.184	20.454

A Companhia registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após interação e análise individualizadas dos clientes que tenham saldos vencidos e não pagos há mais de 90 dias.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
IRRF sobre Aplicação Financeira	369	39
ICMS Ativo Permanente	19.755	18.446
Impairment sobre CIAP (*)	(2.549)	(2.549)
PIS/COFINS e ICMS a compensar	243	6.453
	17.818	22.389
Circulante	612	6.493
Não Circulante	17.206	15.897

(*) Impairment realizado conforme expectativa de utilização do crédito.

Em dezembro de 2021 houve o trânsito em julgado favorável à companhia sobre ação de inconstitucionalização da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre o ICMS que foi compensado no exercício de 2022 no montante de R\$ 6.453 mil.

7. Depósitos judiciais

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas e Outros	855	783
	855	783

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2022:

	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022 Líquido	31/12/2021 Líquido
Informática	14.069	(12.640)	1.428	1.604
Máquinas e equipamentos	803	(751)	52	68
Móveis e utensílios	1.007	(1.004)	3	3
Benfeitorias	595	(595)	-	-
Terrenos	47	-	47	47
Imóveis	17	(17)	-	-
Infraestrutura de rede	258	(5)	254	-
Cabos	389.972	(355.831)	34.141	36.554
Cabos - Ajuste de Avaliação Patrimonial	205.091	(53.502)	151.589	160.506
Equipamentos auxiliares	6.326	(4.053)	2.273	3.003
Equipamentos de comunicações	508.653	(367.950)	140.703	132.660
	1.126.839	(796.348)	330.491	334.446

A movimentação do imobilizado no período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022:

Conta	Saldos 31/12/2021	Aquisições	Baixas	Saldos 31/12/2022
Informática	13.751	318	-	14.069
Máquinas e equipamentos	803	-	-	803
Móveis e utensílios	1.007	-	-	1.007
Benfeitorias	595	-	-	595
Terrenos	47	-	-	47
Imóveis	17	-	-	17
Infraestrutura de rede	-	258	-	258
Cabos	389.972	-	-	389.972
Cabos - Ajuste de Avaliação Patrimonial	205.091	-	-	205.091
Equipamentos auxiliares	6.247	79	-	6.326
Equipamentos de comunicações	479.839	28.814	-	508.653
	1.097.370	29.469	-	1.126.839
Depreciação acumulada	(762.923)	(33.425)	-	(796.348)
	334.446	(3.956)	-	330.491

- (a) A Companhia mantém um contrato assinado, com vencimento em 2039, com a Eletropar para a utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica (torres, subestações, fibras ópticas já instaladas etc.) das Cedentes. Esse contrato permite que a Companhia opere a sua rede. A depreciação está sendo realizada de acordo com a nova vigência do contrato e ao final do contrato a Companhia deve entregar todo ativo relativo à rede OPGW à Eletrobrás. Em função do Despacho ANEEL nº 1.290/2022, novo contrato vem sendo elaborado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- (b) Ajuste de Avaliação Patrimonial – como a Companhia saiu da falência em 7 de abril de 2016, a Administração da Companhia, suportada pela decisão do Conselho de Administração, decidiu pela adoção inicial do IFRS, o qual permite uma única vez a avaliação de seu imobilizado ou parte deste de acordo com o pronunciamento contábil específico, o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, ao seu valor justo, custo atribuído (*Deemed cost*).

Dessa forma em 31 de janeiro de 2017 foi emitido pela empresa Macadar Assessoria de Mercado & Avaliações Ltda. Laudo de Avaliação Patrimonial referente a rede de transmissão em fibra óptica denominada como Cabos que pode ser assim resumido:

- Objetivo e finalidade – Determinar o atual valor patrimonial dos ativos no estado em que se encontram para fins de adequação ao CPC 1 e CPC 27 relativos ao custo atribuído (*Deemed Cost*) em consonância ao ICPC 10;
- Roteiro de trabalho – Vistoria, pesquisa de mercado e cálculos de avaliação; e
- Data-base – 31 de dezembro de 2016.

Como resultado temos:

- Avaliação da rede de Cabos com Fibra Óptica - R\$ 253.799 mil
- Vida útil remanescente e taxa de depreciação – 23 anos

- (c) Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de novembro de 2017 os efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes dessa avaliação, foram contabilizados no primeiro exercício social após o encerramento da falência com continuidade de negócios da Companhia, cujos efeitos estão apresentados nas demonstrações contábeis comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 como ajustado, as quais foram ajustadas pelos efeitos a seguir descritos:

	31/12/2022	31/12/2021
Cabos	389.570	389.570
Depreciação dos Cabos	(340.862)	(340.862)
Cabos - Saldo Líquido	48.708	48.708
Laudo de Avaliação dos Cabos	253.799	253.799
Custo Atribuído (<i>Deemed Cost</i>)	205.091	205.091
Depreciação Acumulada	(53.502)	(44.585)
Custo Atribuído Líquido	151.589	160.506
Imposto de Renda e CSLL Diferido (34%)	51.540	54.572
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	100.049	105.934

- (d) A Companhia analisa anualmente a situação tecnológica de seus ativos imobilizados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. No período findo em dezembro de 2022 a companhia realizou a avaliação de seus ativos e, excetuando-se as rotas que serão modernizados conforme cronograma operacional, e, que não trazem prejuízo à atividade da companhia, os demais ativos suportarão a operação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

9. Direito de uso/Arrendamento

9.1 Direitos de Uso

	31/12/2022			31/12/2021
	Amortização			
	Custo	Acumulado	Líquido	Líquido
Sites (i)	26.963	(3.952)	23.011	16.958
Locação de Imóveis (ii)	5.723	(2.523)	3.200	3.504
Contrato de Infraestrutura (iii)	435.313	(56.136)	379.177	343.591
	467.999	(62.611)	405.388	364.054

Contratos de arrendamento e concessão de infraestrutura

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor contratual de pagamentos, na data base de assinatura do contrato e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento descrito acima. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à concessão da infraestrutura da rede por 20 anos, até agosto de 2039, locação do imóvel sede administrativa com prazo remanescente de 5 anos e contratos de locação de sites, no total de 51 contratos.

9.2 Arrendamento

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	25.670	22.265
Não Circulante	379.719	341.789
	405.388	364.054

As parcelas a longo prazo têm os seguintes vencimentos:

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2023		21.336
2024	25.658	21.324
2025	25.254	21.288
2026	25.189	21.228
2027	24.158	20.616
2028	24.138	20.346
2029 a 2039	255.322	215.650
	379.719	341.789

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

10. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores	278.577	333.692
	278.577	333.692
Circulante	45.400	36.270
Não Circulante	233.177	297.422

Destacamos abaixo a situação da dívida com fornecedores:

- a) Em 26 de dezembro foi assinado contrato com 1 (um) dos principais credores que aceitou redução significativa do valor da dívida e pagamento em 4 (quatro) parcelas anuais, sendo a primeira parcela quitada na mesma data da assinatura do contrato, no montante de R\$ 7.365. A segunda parcela de mesmo valor está registrada no curto prazo e as demais no longo prazo. Este valor está contemplado na N.E.10 (c).

Acordo Credores	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida Principal	90.830	-
(-) redução índice atualização da dívida 1ª parcela	(15.374)	-
(-) redução índice atualização da dívida demais parcelas	(46.124)	-
(-) Parcela paga em 31/12/2022	(7.365)	-
	21.967	-
Passivo Circulante	(7.301)	-
Passivo Não Circulante	(14.666)	-

- b) Parte do saldo, no montante de R\$ 73.470, está vencido há mais de cinco anos, que segundo o entendimento dos advogados da companhia, encontra-se prescrito.

A tese de prescrição não foi aceita pela empresa credora e a discussão foi para a esfera judicial. Por prudência a administração decidiu deixar em aberto os valores a pagar no seu passivo não circulante

- c) A Companhia, em 31/12/2022, possui registrado dívidas referentes às compras parceladas por fornecedores para pagamento em 24 e 36 meses, conforme demonstrado abaixo:

Fornecimentos Parcelados	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ano		
2022	-	12.752
2023	20.415	2.023
2024	9.597	-
2025	9.333	-
	39.345	14.775

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- d) Contas a pagar suportadas por Instrumento de Confissão de Dívida com vencimento previsto para 2022:

	31/12/2022	31/12/2021
Escritório Adv. Prof. Jorge Lobo	0	1.888
	0	1.888

- e) Credores do valor prorrogado – passivo não circulante:

	31/12/2022	31/12/2021
Credores do valor prorrogado	128.781	228.760
	128.781	228.760

Acordo Credores

	31/12/2022	31/12/2021
Dívida Principal	116.182	-
(-) redução de índice de atualização da dívida	(78.616)	-
(-) Parcela paga em 31/12/2022	(7.365)	-
	30.201	-
Passivo Circulante – valores transferidos	(11.418)	-
Passivo Não Circulante – valores transferidos	(18.783)	-

- f) A Companhia manteve as contas a pagar aos credores do valor prorrogado, pois continuará a explorar os ativos e bens cedidos pelo contrato de concessão atualizados pelo IGP-M, e no caso de um credor pelo IPCA, no montante de R\$ 128.781 cujo pagamento se dará em 10 anos a partir do ano seguinte à prorrogação do referido contrato. Negociações foram iniciadas com os principais credores visando o equacionamento da dívida. Em 26 de dezembro foi assinado contrato com 1 (um) dos principais credores, vide nota explicativa 10 (a).

- g) Fornecedores financiados:

Em 31/12/2022, a companhia tinha registrado dívidas com fornecedores na modalidade “*vendor financing*” no montante de R\$ 10.039 mil.

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	4.664	-
Passivo não circulante	5.375	-
	10.039	-

- h) Outros fornecedores operacionais:

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	20.321	21.630
Passivo não circulante	6.622	2.364
	26.943	23.994

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
*(Em milhares de Reais)***11. Partes relacionadas**

Está assim apresentado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Castelo Branco Adv. Associados (a)		
Ativo Circulante	<u>1.497</u>	<u>1.279</u>
	<u>1.497</u>	<u>1.279</u>
Passivo Não Circulante		
Eletrobrás Participações S.A.		
CCD + MOU (b, c)	<u>180.266</u>	<u>161.995</u>
	<u>180.266</u>	<u>161.995</u>
Não Circulante	180.266	161.995

- (a) Encontra-se em negociação o valor da dívida de R\$ 1.497 de Castelo Branco Adv. Associados, pelo Conselho de Administração da Companhia.
- (b) Contrato Confissão de Dívida - CCD – R\$ 165.266 - Saldo referente ao contrato assinado com Eletrobrás Participações S.A. (acordo de acionista) para a utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica (torres, subestações, fibras ópticas já instaladas etc.) das empresas do Sistema Eletrobrás. Este contrato prevê atualização monetária com base na variação da taxa SELIC. Como se trata um acordo de acionistas, que somente será realizado na venda da empresa para um novo investidor ou capitalização do crédito pela Eletropar, com prorrogação contratual assinada entre as partes, a empresa classificou essa exigibilidade pactuada no passivo não circulante.
- (c) MOU (2013 a 2015) – R\$ 15.000 - Refere-se à obrigação de pagar a Eletropar, conforme definido no Memorando de Entendimentos, celebrado entre a Eletropar, LT Bandeirante e Eletrobras, o valor de R\$ 15.000, referente aos 3 (três) últimos anos de direito de uso das fibras ópticas e respectiva infraestrutura (2013 a 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	2.440	4.242
PIS e COFINS	1.088	499
IR e CSLL	3.352	-
Demais Impostos	3.181	2.039
FUST e FUNTTEL	34.522	42.922
Parcelamento de ICMS	5.945	8.356
Parcelamento Multa Atraso Entrega ECF's 2015 e 2016	-	660
Depósitos Judiciais	(11.736)	(10.785)
	38.594	47.933
Circulante	12.890	10.226
Não Circulante	25.704	37.707

- (a) O FUST é uma contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, excluindo-se o imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O FUNTTEL é uma contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, excluindo-se as vendas canceladas, os descontos concedidos, o ICMS, PIS e COFINS.

Com base na opinião de seus advogados a Companhia não efetua o recolhimento das contribuições para o FUST e o FUNTTEL, depositando judicialmente parte do valor, por entender que eles não se aplicam as suas atividades, em virtude de não realizar a prestação de serviços de telecomunicações diretamente ao usuário final. No entanto, por prudência, mantém provisionado em seu passivo os valores totais apurados, com atualização pela taxa Selic e multa, líquido dos depósitos judiciais realizados.

- (b) Em 22 de junho de 2022, a companhia foi informada através do ofício 755 da SEI – ANATEL sobre valores em atraso de pagamento referentes ao FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações). Desde então, foram realizadas consultas e reuniões presenciais a este órgão, com a finalidade de conciliar o saldo devedor constante nos registros contábeis da Companhia com os registrados na ANATEL e PGFN, resultando diferença a maior na contabilidade da empresa de R\$ 11,8 milhões. Tendo como base essa conciliação e, também, consubstanciada pela opinião de seus advogados os valores vencidos há mais de 5 anos e não ajuizados em dívida ativa da União (PGFN) estão prescritos e, dessa forma a administração da empresa, por entender ser um fato novo o recebimento do Ofício, reverteu o montante total contra o resultado do exercício, na rubrica de Custo de serviços prestados – Outros.
- (c) Após ofício recebido do FUST a companhia realizou consulta dos valores em aberto junto a PGFN relativo ao FUNTTEL, e consubstanciada pela opinião dos seus advogados também estornou os valores vencidos há mais de 5 anos que totalizam R\$ 3,1 milhões.

Os parcelamentos de impostos em 31 de dezembro de 2022 referem-se a:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- (d) ICMS sobre prestação de serviços de comunicação devidas no período de 2013 a 2022, e inclui juros e multa, calculados com base na legislação fiscal em vigor. A administração da Companhia firmou acordos de parcelamentos das dívidas junto aos órgãos estaduais competentes, com pagamentos que variam entre 12 e 60 meses.

Ano	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	2.906
2023	3.028	2.751
2024	2.231	2.045
2025	465	441
2026	221	212
	5.945	8.355

13. Adiantamentos de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante	787	787
Não Circulante	8.817	9.604
	9.604	10.391

Adiantamento de cliente recebido em 30 de março de 2020, pela utilização de terceiros de fibras ópticas apagadas integrantes do cabo óptico da infraestrutura da empresa por 15 anos.

14. Provisão cíveis e trabalhistas

- (a) A Companhia tem diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão assim representadas:

	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	5.258	4.765
Cíveis	933	881
	6.191	5.646

(b) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Principal processo sobre a ótica cível provisionado:

A Companhia foi condenada a pagar sucumbência ao advogado patrono da ação da Lucent, montante calculado sobre 5% da causa. Os consultores jurídicos da Companhia entendem

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

ter havido um erro material da decisão que elevou o percentual de sucumbência de 0,5% para 5%. Dessa forma, a administração da Companhia requer a retificação do percentual dos honorários de sucumbência.

A administração, com base em parecer de seus advogados que considera como possível o acolhimento da tese da defesa, provisionou o valor correspondente a 0,5% da causa, no montante de R\$ 128.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, administrativo e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e de riscos existentes e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Dentre os riscos fiscais que a Administração da companhia avalia são os seguintes:

- Auto de infração lavrado para exigir ICMS decorrente de atividade de *colocation* e demais atividades de natureza diversa,
- Falta de Recolhimento de ICMS e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza na Prestação de Serviços de Telecomunicações.

Na avaliação dos seus assessores jurídicos por meio de opinião legal fundamentada há possibilidades de defesa dos assuntos acima resumidos, em que há risco possível de perda no judiciário, cujo montante estimado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 4.249.

(d) Perdas remotas, não provisionadas no balanço

Ação cível de obrigação de fazer, ajuizada pela empresa Minas Mais Telecomunicações Ltda., na 16ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, processo 0179304-92.2016.8.19.0001, com pedido de indenização. Valor da causa R\$ 680.000, com possibilidade de perda remota.

A autora busca a reparação por danos materiais e morais, cada qual na ordem de R\$ 340.000, em virtude de suposta retenção de equipamentos que seriam de propriedade da Minas Mais.

As proposições de retenção de equipamentos e valores fixados não gozam de qualquer sustentação razoável, tratando-se de reclamação descabida.

Em 13 de janeiro de 2021 foi proferida sentença em 1ª instância, julgando improcedente a ação ajuizada. Em outubro 2022 foi proferida sentença em 2ª instância, julgando novamente improcedente a ação ajuizada e ato contínuo, a autora apresentou embargos de declaração.

Importante registrar, que a Companhia ajuizou:

- I. ação de cobrança de valores decorrentes de prestação de serviços contra a Minas Mais, Elig Serviços de Telecomunicações Ltda e Bertolino Ricardo Almeida, processo nº 0471030-03.2015.8.19.0001 (41ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro), valor em 25/11/2015, R\$ 38.135. Em primeiro grau, a sentença julgou procedentes os pedidos autorais, condenando as rés, solidariamente, ao pagamento de R\$ 38.135 (trinta e oito milhões, cento e trinta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), acrescidos de juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da data do vencimento de cada obrigação. Em recurso interposto perante a 2ª Câmara Cível, a sentença foi confirmada, em parte. Manteve a condenação, mas acabou excluindo a MinasMais do polo passivo, por entender não caracterizado o grupo econômico. Interpusemos recurso ao STJ visando a reversão do acórdão na parte em que excluiu a MinasMais. A 3ª Vice-presidência do TJERJ proferiu decisão inadmitindo o recurso especial interposto pelas recorridas. No momento, está em curso o prazo

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

para a interposição de agravo em recurso especial, contra a decisão que inadmitiu o recurso especial.

A expectativa de êxito é possível, segundo classificação de nosso advogado.

- II. execução por título executivo extrajudicial – cobrança de valores decorrentes de contrato de prestação de serviços, contra Elig Serviços de Telecomunicações Ltda., Bertolino Ricardo Almeida e Luiza Aparecida Lemos, processo nº 0030306-85.2016.8.19.0001 (10ª Vara Cível – Comarca da Capital do Rio de Janeiro), valor em 23/01/2016, R\$ 9.202. Ainda não conseguimos localizar os executados nos diversos endereços diligenciados. O Magistrado determinou a expedição de carta precatória.

A expectativa de êxito é possível, segundo classificação do nosso advogado.

15. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital da Companhia é de R\$ 321.387, representado por 306.122.448 (trezentos e seis milhões, cento e vinte e dois mil e quatrocentas e quarenta e oito) ações, sendo 306.121.448 (trezentos e seis milhões, cento e vinte e um mil e quatrocentas e quarenta e oito) ordinárias e 1.000 (mil) preferenciais, totalmente subscrito e integralizado, todas nominativas e sem valor nominal.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Efeitos da aplicação do custo atribuído inicial (*deemed cost*) apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS em 31 de dezembro de 2016 e aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de novembro de 2017 N.E 8 (c).

Outros Resultados Abrangentes

Em 20 de fevereiro de 2020 foi celebrado a prorrogação do Contrato de Compartilhamento que prorroga o prazo de vigência dos contratos de direito de uso, para até 20 de agosto de 2039, mediante o reconhecimento formal da dívida de R\$ 130 milhões para com a Eletropar, atualizada pela SELIC a partir de janeiro de 2019, no montante em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 165.266.

Como esta operação foi gerada entre acordo de acionistas e pressupõe aumento de capital na Companhia, seja por entrada de novo acionista, seja por troca de controle acionário, e, portanto, esta dívida não será quitada pela operação da Companhia. A administração entendeu tratar-se de outros resultados abrangentes.

Como mencionado na N.E 10 (a), uma vez que o contrato com o credor foi firmado, a contra partida da redução de índice de atualização da dívida foi registrada em outros resultados abrangentes no valor R\$ 63.241.

16. Receita operacional

	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta com prestação de serviços	192.534	205.439
ICMS	(38.921)	(49.019)
PIS	(1.017)	(1.269)
COFINS	(4.691)	(5.859)
ISS	(102)	(92)
PIS e COFINS sobre ICMS a compensar	-	5.924
Receita operacional líquida	147.803	155.124

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

17. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos com pessoal	(15.305)	(13.435)
Depreciação	(32.910)	(30.201)
Amortização	(21.608)	(18.543)
Row Acesso	(9.629)	(12.890)
Trânsito Internet Protocol	(11.334)	(10.721)
Outros Custos *	(3.483)	(16.062)
	(94.269)	(101.852)

* Conforme mencionado nas N.E.s 12 (b) e (c) os valores de R\$ 11.8 e R\$ 3.1 milhões foi estornado nesta rubrica.

18. Despesas comerciais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(4.312)	(4.012)
Provisão para perdas estimadas (N.E. 5)	(955)	(1.334)
Outras despesas	(1.534)	(875)
	(6.800)	(6.221)

19. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(11.568)	(13.928)
Consultoria e assessoria empresarial	(2.762)	(891)
Advocatícias	(5.030)	(1.957)
Depreciação	(510)	(491)
Amortização	(715)	(876)
Aluguel de imóveis	(134)	(152)
Condominio e IPTU	(417)	(281)
Serviços gerais e administrativos	(177)	(199)
Telefonia	(175)	(204)
Contabilidade, Auditoria e tributárias	(1.043)	(1.112)
Informática	(412)	(312)
Outras despesas	(1.359)	(1.148)
	(24.301)	(21.550)

20. Outras receitas/(despesas) operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Crédito de ICMS - CIAP	(1.145)	(447)
Multas de autuações fiscais	(127)	(595)
Outras despesas	(6.815)	(2)
	(8.087)	(1.044)

Este documento foi assinado digitalmente por Vicente Lima Correia, Oscar Alfredo Salomao Filho e Jefferson De Souza Ferrari. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código 6490-2F68-5C36-23AA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

21. Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento de Aplicação Financeira	1.608	178
Multas sobre Clientes	1.728	1.093
Variação Monetária Ativa	1.797	1.136
Redução de Índice Atualização da Dívida	15.374	-
Outras Receitas Financeiras	626	526
	21.132	2.933

* Primeira parcela da redução do índice de atualização negociado com um dos credores da dívida do valor prorrogado.

Despesas Financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Juros Passivos	(10.941)	(10.215)
Despesas Bancárias	(272)	(173)
Variação Monetária Passiva	(24.462)	(43.631)
	(35.676)	(54.019)

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(198)	(26.629)
(+) Adições	14.766	17.445
(-) Exclusões	(129)	(1.448)
(=) Lucro (Prejuízo) Ajustado	14.439	(10.632)
Compensação Prejuízo Fiscal	(4.332)	-
Base Tributável	10.107	-
IRPJ	2.442	-
CSLL	910	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		
(-) Imposto Diferido	18.735	3.032
Total Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	18.735	3.032

- a) A Companhia possui créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2022, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 1.465.085. O tributo diferido sobre esse benefício, no valor de R\$ 498.128 será registrado somente quando houver a previsão de lucros tributáveis e ou utilização para abatimentos de dívidas tributárias.
- b) Em 31 de dezembro de 2022 através de estudos internos e consubstanciada pela negociação de dívidas com fornecedores de créditos de valores prorrogados, a administração da empresa decidiu registrar o crédito tributário decorrente dos resultados positivos projetados para os próximos anos no montante de R\$ 15.704, que somados aos R\$ 3.032 de Impostos Diferidos sobre Reavaliação Patrimonial, totalizam R\$ 18.735.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

- c) Em 22 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a aplicação do custo atribuído inicial (deemed cost) apurado sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS em 31 de dezembro de 2016. O Ajuste de Avaliação Patrimonial sobre esses ativos gerou um montante de Imposto de Renda e Contribuição Social que será amortizado no período de 23 anos (**nota explicativa 8 c**).

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Imposto de Renda e CSLL Diferido sobre AAP	51.540	54.572
Imposto de Renda e CSLL Diferido no Período	3.032	3.032

23. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

24. Eventos subsequentes

Em 27 de março 2023 ocorreu reunião de diretoria executiva de um dos credores, na qual foi aprovado redução de índice de atualização conforme proposta enviada em 27/12/2022, no valor de R\$ 17.118. Em 31 de dezembro realizamos a contabilização desses valores em consonância com o CPC 24.

Acordo Credores	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida Principal	25.352	-
(-) redução de índice de atualização da dívida	(17.118)	-
	8.234	-
Passivo Circulante – valores transferidos	(4.117)	-
Passivo Não Circulante – valores transferidos	(4.117)	-

* * *

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6490-2F68-5C36-23AA> ou vá até o site <https://portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6490-2F68-5C36-23AA



Hash do Documento

59A1E4DC223C5C9CFB844AE3EACE967A2D537E8A41BAD5D27BDA781BF28FCBD8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/04/2023 é(são) :

- ☒ Vicente Lima Correia (Signatário - Eletronet S.A.) - 229.375.015-91 em 06/04/2023 12:27 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Oscar Alfredo Salomao Filho (Signatário - Eletronet S.A.) - 534.632.427-53 em 06/04/2023 12:06 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Jefferson De Souza Ferrari (Testemunha - Eletronet S.A.) - 315.481.548-14 em 06/04/2023 12:04 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

